

Produto Educacional

PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM TRANSTORNO DOS ESPECTRO AUTISTA (TEA)

E-Book

**Uberaba
2023**

FIDELINA MARIA CANDIDO PINTO
ANDERSON CLAYTOM FERREIRA BRETTAS

Produto Educacional

**PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA ATENDIMENTO
AOS ESTUDANTES COM TRANSTORNO DOS
ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

E-Book

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
OS DIAS DO AUTISMO.....	5
AS CORES DO AUTISMO.....	6
ESTIMATIVAS	7
PREVALÊNCIA DO AUTISMO.....	7
A LEGISLAÇÃO	8
TERMOS UTILIZADOS NA SOCIEDADE INCLUSIVA.....	11
ACESSIBILIDADE	15
CONHECENDO O ESTUDANTE COM TEA	18
ATENÇÃO AOS SINAIS DO TEA	19
NÃO PARECE MAS É AUTISMO.....	20
O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	21
COMUNICAÇÃO NO TEA.....	23
MEMORIA AUDITIVA NO TEA.....	25
CRISES SENSORIAIS NAS PESSOAS COM TEA.....	25
O DIAGNÓSTICO DO TEA.....	28
DSM-V	28
CID-11	33
COMO IDENTIFICAR O TEA EM PESSOAS ADULTAS	34
INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	35
PERFIL PEDAGÓGICO.....	40
A CAPNE IFTM CAMPUS UBERABA	38
PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI).....	41
ANALISE OS NIVEIS DE DESEMPENHO DO ESTUDANTE	45
LEITURA.....	45
ATIVIDADES EM GRUPO	46
REFLEXÕES CRITICAS.....	47
O PROCESSO DE AVALIAÇÃO	48
O PROFISSIONAL DE APOIO	50
INSPIRE-SE.....	52
REFERENCIAS.....	53

APRESENTAÇÃO

Prezados servidores membros da CAPNE IFTM – CAMPUS UBERABA, e demais servidores e professores do IFTM.

Este E-Book constitui-se em Produto Educacional, construído juntamente com a Dissertação, fruto da pesquisa do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, em cumprimento aos requisitos para conclusão do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se de programa de pós-graduação que visa a aperfeiçoar as práticas educativas e a gestão escolar vinculadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Tanto o desenrolar da pesquisa, quanto a análise do Questionário aplicado junto aos membros da CAPNE IFTM CAMPUS UBERABA evidenciou um conhecimento superficial acerca da educação inclusiva bem como da inclusão de estudantes com TEA nos cursos do IFTM, onde a principal demanda é saber como lidar com esses estudantes. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu com o intuito de contribuir com a CAPNE IFTM CAMPUS UBERABA por meio desse E-Book Orientador a partir do conhecimento do universo da pessoa com TEA, para assim oferecer instrumentos que possibilitem a formulação de estratégias pedagógicas para subsidiar as atividades com estudantes com TEA no IFTM, bem como mobilizar a sociedade para que tenhamos escolas mais inclusivas.

Boa leitura! Bom trabalho e sucesso nas atividades!

Fidelina Maria Candido Pinto
fidelina@iftm.edu.br

Prof. Dr. Anderson Claytom Ferreira Brettas
andersonbrettas@iftm.edu.br

OS DIAS DO AUTISMO



Fonte: Freepik

02 de abril

A data foi instituída em 2008 pela Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de gerar maior conscientização sobre o assunto e propor discussões importantes sobre o espectro.

18 de junho

Essa data visa celebrar o orgulho dos autistas, incentivando o autoamor e a autoaceitação. Criada em 2005 pela organização Aspies for Freedom (AFF), nos Estados Unidos, no Brasil, a data foi instituída para esclarecer a sociedade sobre as características únicas das pessoas diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e busca normalizar a neurodiversidade, ou seja, o reconhecimento de que o funcionamento cerebral de algumas dessas pessoas é diferente do que é considerado típico. (BRASIL, 2020).



Fonte: Freepik

AS CORES DO AUTISMO

O autismo é representado por peças de quebra cabeça e a cor azul.

1- A cor azul – o azul representa a maior incidência de casos em pessoas do sexo masculino.



Fonte: Freepik

2- A peça de quebra cabeça – representa a complexidade do autismo e seus diferentes espectros que se encaixam formando o TEA.



Fonte: Freepik

3- A fita de conscientização - é utilizada como o sinal universal da consciência do autismo.



Fonte: Freepik

4- O logotipo da Neurodiversidade - um sinal do infinito, com as cores do arco-íris, foi colocado como uma alternativa para a peça do quebra-cabeça. Suas peças, são em cores diferentes isso representa a diversidade de pessoas e famílias que convivem com o TEA. As cores fortes representam a esperança em relação aos tratamentos e à conscientização da sociedade.



Fonte: Freepik

ESTIMATIVAS

Segundo a ONU, acredita-se haver mais de 70 milhões de pessoas com TEA, afetando a maneira como esses indivíduos se comunicam e interagem.

No Brasil, estima-se que esse número possa chegar a 2 milhões de pessoas com TEA. Para comprovar esse número, e entender qual é a prevalência do autismo no país, o IBGE colocou no Censo 2022 o autismo no rol das estatísticas (Lei nº 13.861/2019), com o objetivo de mapear quantas pessoas vivem com o TEA e quantas podem ter, mas ainda não receberam o diagnóstico.



PREVALÊNCIA DO AUTISMO



Fonte: Freepik

O diagnóstico do TEA é quatro vezes maior no sexo masculino do que no feminino.

Mas porque tanta diferença?

Há duas hipóteses:

- 1** – O TEA atinge mulheres de um modo diferente, por isso o diagnóstico não acontece em parte dos casos. E ainda, estudos apontam que as mulheres conseguem mascarar melhor os sintomas.
- 2** – O TEA atinge mais homens por algum fator genético ainda não descrito.

A LEGISLAÇÃO

No Brasil, há uma gama de instrumentos legais que reúnem programas e ações federais, com o objetivo de implementar e executar políticas públicas, estabelecer medidas de controle e proteção dos direitos das pessoas com TEA no âmbito da educação, saúde e demais direitos pertinentes a essas pessoas, bem como conscientizar a sociedade sobre esses direitos, evitando assim o preconceito e exclusão social.

De acordo com Nogueira; Orrú (2019), as pessoas com TEA nem sempre estiveram incluídas no contexto escolar e por muito tempo foram segregadas em instituições especializadas. Para a garantia do direito à educação para todos, uma longa trajetória legislativa se fez. Nesse sentido, é inegável a evolução das propostas de inclusão no cenário nacional, fato ratificado pelas garantias dispostas na legislação em vigor.

A **Constituição Federal**, em seu Artigo 5º, apresenta os direitos e garantias fundamentais e, em seu caput, estabelece o princípio da isonomia que prescreve que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” (BRASIL, 1988). No Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental, compartilhado entre Estado, família, e sociedade ao determinar que:



No Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Apoiado no que foi estabelecido na Constituição Federal, o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, considerado o principal documento normativo sobre os direitos das crianças e adolescentes, reabriu as discussões redirecionando a construção de políticas públicas para a proteção integral da criança e do adolescente, para que tenham seus direitos respeitados e assegurados.

Buscou possibilitar ao adolescente o ingresso e a permanência em um novo nível de ensino, sobretudo para aqueles que que a ele não tiveram acesso na idade própria, o que pôde ser considerado inovador, além de habilitar esses adolescentes ao exercício de novas oportunidades nos campos do saber e do trabalho.

Nesse sentido, a **Lei Berenice Piana, Lei nº 12.764/2012**, instituiu a política nacional de proteção dos direitos dos autistas e suas famílias em diversas esferas sociais. Por meio desta Lei, as pessoas no espectro são consideradas pessoas com deficiência para todos os efeitos legais.

Do mesmo modo, a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015**, é um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania. Também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, porque reuniu numa única lei os direitos que até então estavam espalhados em vários documentos legais pouco acessíveis à maioria das pessoas.

A ampliação do acesso à educação tem possibilitado o ingresso de estudantes com perfis estabelecidos pelas **Leis de Cotas: Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 13.409/2016**. Um ponto que destacamos, é a destinação de vagas para os candidatos com deficiência ou pessoa com deficiência, os quais, eram excluídos do ensino técnico na rede federal de ensino.

Dentre esses novos perfis de estudantes, é possível observar, cada vez mais estudantes com deficiência ou algum tipo de necessidade de

atendimento específico ingressando no Ensino Médio, cuja modalidade segue, pois, os princípios e orientações expressos nos atos normativos da Educação Inclusiva, e, portanto, deve estar prevista no projeto político-pedagógico, para assegurar igualdade de condições no que se refere ao acesso e permanência nas escolas, além do Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto no Artigo 208 da Constituição Federal de 1988.

TERMOS UTILIZADOS NA SOCIEDADE INCLUSIVA

Sassaki (1997), esclarece que a sociedade passou por diversas fases no que se refere às práticas sociais para as pessoas com deficiência. Ela excluiu as pessoas com condições atípicas, depois passou a atendê-las em instituições segregadas, como escolas especiais, centros de reabilitação, dentre outros.

Posteriormente veio a prática da integração social, a inserção pura e simples das pessoas com deficiência, que conseguiram, por méritos próprios, utilizar esses espaços físicos e sociais. Na verdadeira inclusão social, segundo Sassaki (1997), é a sociedade quem deve ser modificada para incluir todas as pessoas.

Embora seja possível que essas pessoas tenham existido ao longo da história da humanidade, com outros "rótulos", como por exemplo: inválido, incapacitado, excepcional, pessoa especial, doença mental, deficiente mental, retardo mental, dentre outros.

Atualmente, verificamos uma preocupação crescente da participação das pessoas com deficiência em nossa sociedade. Nesse sentido, quando falamos em inclusão, alguns termos utilizados para se referir a essas pessoas passaram a ser considerados incorretos.

Usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica ou sem importância, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano. E a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências que vários milhões de pessoas possuem no Brasil. (SASSAKI, 2011).

Nesse contexto, trazemos a seguir, algumas expressões incorretas, seguidas de comentários e dos equivalentes termos corretos, frases corretas e grafias corretas, publicadas em 2011, na página da Câmara dos Deputados¹

1. adolescente normal

Desejando referir-se a um adolescente (uma criança ou um adulto) que não possua uma deficiência, muitas pessoas usam as expressões “adolescente normal”, “criança normal” e “adulto normal”. Isto acontecia muito no passado, quando a desinformação e o preconceito a respeito de pessoas com deficiência eram de tamanha magnitude que a sociedade acreditava na normalidade das pessoas sem deficiência. Esta crença fundamentava-se na ideia de que era anormal a pessoa que tivesse uma deficiência. A normalidade, em relação a pessoas, é um conceito questionável e ultrapassado.

TERMOS CORRETOS: adolescente [ou criança ou adulto] sem deficiência; adolescente [ou criança ou adulto] não-deficiente.

2. aleijado; defeituoso; incapacitado; inválido

Estes termos eram utilizados com frequência até a década de 80. A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão “pessoa deficiente”. O acréscimo da palavra “pessoa”, passando o vocábulo “deficiente” para a função de adjetivo, foi uma grande novidade na época. No início, houve reações de surpresa e espanto diante da palavra “pessoa”: “Puxa, os deficientes são pessoas?!”. Aos poucos, entrou em uso a expressão “pessoa portadora de deficiência”, frequentemente reduzida para “portadores de deficiência”. Por volta da metade da década de 90, entrou em uso o TERMO CORRETO pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje.

(...)

7. classe normal

TERMOS CORRETOS: classe comum; classe regular. No futuro, quando todas as escolas se tornarem inclusivas, bastará o uso da palavra “classe” sem adjetivá-la.

8. criança excepcional

TERMO CORRETO: criança com deficiência intelectual. “Excepcionais” foi o termo utilizado nas décadas de 50, 60 e 70 para designar pessoas com deficiência intelectual. Com o surgimento de estudos e práticas educacionais nas décadas de 80 e 90 a respeito de altas habilidades ou talentos extraordinários, o termo “excepcionais” passou a se referir tanto a pessoas com inteligências múltiplas acima da média (pessoas superdotadas ou com altas habilidades e gênios) quanto a pessoas com inteligência lógico-matemática abaixo da média (pessoas com deficiência intelectual) - daí surgindo, respectivamente, os termos “excepcionais positivos” e “excepcionais negativos”, de raríssimo uso.

(...)

¹ <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao>. Acesso em: 31 jan. 2023.

11. deficiência mental leve, moderada, severa, profunda

TERMO CORRETO: deficiência intelectual (sem especificar nível de comprometimento). A partir da Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, aprovada em 6/10/04 pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2004), em conjunto com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), o termo "deficiência mental" passou a ser "deficiência intelectual". Antes, em 1992, a então Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR, em inglês) adotou uma nova conceituação da deficiência intelectual (até então denominada "deficiência mental"), considerando-a não mais como um traço absoluto da pessoa que a tem e sim como um atributo que interage com o seu meio ambiente físico e humano, o qual deve adaptar-se às necessidades especiais dessa pessoa, provendo-lhe o apoio intermitente, limitado, extensivo ou permanente de que ela necessita para funcionar em 10 áreas de habilidades adaptativas: comunicação, autocuidado, habilidades sociais, vida familiar, uso comunitário, autonomia, saúde e segurança, funcionalidade acadêmica, lazer e trabalho. A AAMR, em reunião de novembro de 2006, decidiu que, a partir de 1º/1/07, passará a chamar-se Associação Americana de Deficiências Intelectual e de Desenvolvimento (AAIDD, em inglês). Consultar RIO DE JANEIRO (c. 2001). A classificação da então "deficiência mental" em leve, moderada, severa e profunda foi instituída pela OMS em 1968 e perdurou até 2004.

(...)

15. doente mental (ao se referir a uma pessoa com deficiência intelectual)

TERMO CORRETO: pessoa com deficiência intelectual (novo nome para "deficiência mental"). O termo "deficiente", usado como substantivo (por ex.: o deficiente intelectual), tende a desaparecer, exceto em títulos de matérias jornalísticas por motivo de economia de espaço.

(...)

26. escola normal No futuro, quando todas as escolas se tornarem inclusivas, bastará o uso da palavra "escola" sem adjetivá-la.

TERMOS CORRETOS: escola comum; escola regular.

(...)

30. inválido (quando se referir a uma pessoa que tenha uma deficiência). A palavra "inválido" significa "sem valor". Assim eram consideradas as pessoas com deficiência desde a Antiguidade até o final da Segunda Guerra Mundial.

TERMO CORRETO: pessoa com deficiência.

(...)

38. necessidades educativas especiais

TERMO CORRETO: necessidades educacionais especiais. "A palavra "educativo" significa "algo que educa". Ora, necessidades não educam; elas são educacionais, ou seja, concernentes à educação" (SASSAKI, 1999). O termo "necessidades educacionais especiais" foi adotado pelo Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica (Resolução nº 2, de 11-9-01, com base no Parecer CNE/CEB nº 17/2001, homologado pelo MEC em 15/8/01). Esta Resolução, durante o ano de 2005, estava sendo reformulada pelo CNE.

(...)

40. o incapacitado (ou a pessoa incapacitada)

TERMO CORRETO: a pessoa com deficiência. A palavra "incapacitado" é muito antiga e era utilizada com frequência até a

década de 80. Evite os termos "o incapacitado", "a pessoa incapacitada" e suas flexões em gênero e número.

(...)

45. pessoas ditas deficientes

TERMO CORRETO: pessoas com deficiência. A palavra "ditas", neste caso, funciona como eufemismo para negar ou suavizar a deficiência, o que é preconceituoso.

(...)

48. portador de deficiência

TERMO CORRETO: pessoa com deficiência. No Brasil, tornou-se bastante popular, acentuadamente entre 1986 e 1996, o uso do termo "portador de deficiência" (e suas flexões no feminino e no plural). Pessoas com deficiência vêm ponderando que elas não portam deficiência; que a deficiência que elas têm não é como coisas que às vezes portamos e às vezes não portamos (por exemplo, um documento de identidade, um guarda-chuva). O termo preferido passou a ser "pessoa com deficiência". Aprovados após debate mundial, os termos "pessoa com deficiência" e "pessoas com deficiência" são utilizados no texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em 13/12/06 pela Assembleia Geral da ONU, e promulgada pelo Decreto n. 6.949, de 25/8/09].

49. PPD's

GRAFIA CORRETA: PPD (tanto no singular como no plural). Não se usa apóstrofo para designar o plural de siglas. A mesma regra vale para siglas como ONG (e não ONG's). No Brasil, tornou-se bastante popular, acentuadamente entre 1986 e 1996, o uso do termo "pessoas portadoras de deficiência". Hoje, o termo preferido passou a ser "pessoas com deficiência", motivando o desuso da sigla "PPD". Devemos evitar o uso de siglas em seres humanos. Mas, torna-se necessário usar siglas em circunstâncias pontuais, como em gráficos, quadros, colunas estreitas, manchetes de matérias jornalísticas etc. Nestes casos, a sigla recomendada é PcD, significando "pessoa com deficiência" ou "pessoas com deficiência". Esta construção é a mesma que está sendo um consenso atualmente em âmbito mundial. Em espanhol: PcD (persona con discapacidad), tanto no singular como no plural, sem necessidade do "s" após PcD. Em inglês: PwD, também invariável em número (person with a disability, persons with disabilities, people with disabilities).

(...)

52. sala de aula normal

TERMO CORRETO: sala de aula comum. Quando todas as escolas forem inclusivas, bastará o termo "sala de aula" sem adjetivá-lo.

(...). (SASSAKI, 2011).

ACESSIBILIDADE

O conteúdo deste E-Book, voltado para o apoio à acessibilidade e inclusão de estudantes com TEA nos cursos técnicos do IFTM, tem o propósito de contribuir e subsidiar as atividades dos profissionais da CAPNE, como sendo mais uma ferramenta para se conhecer melhor as políticas educacionais relacionadas aos estudantes com TEA, pois trata de um grupo minoritário que, geralmente, não tem oportunidade de serem ouvidos no mundo acadêmico.

Tipos de acessibilidade:



Arquitetônicas (sem barreiras físicas).



Comunicacionais (sem barreiras na comunicação entre as pessoas)



Metodológicas (sem barreiras nos métodos, e técnicas de lazer, trabalho, educação, etc.)



Instrumental (sem barreiras nos instrumentos, ferramentas, utensílios, etc.)



Progáticas (sem barreiras embutidas em políticas públicas, leis, normas, etc.)



Atitudinais (sem preconceitos, estigmas e discriminações no comportamento da sociedade para pessoas com deficiência)

Fonte: <https://blog.eureca.me/exclusao-segregacao-integracao-e-inclusao/>

A acessibilidade, segundo Sasaki (2011), é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana, além de beneficiar todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

Com a aprovação do Decreto nº 6.949/2009, houveram mudanças das condutas oferecidas às pessoas com deficiência, elegendo a acessibilidade como ponto central para a garantia dos direitos individuais.

A pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015, em seu Artigo 3º, considera-se:



ACESSIBILIDADE:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Tendo em vista que se trata de uma lei que busca a inclusão social, a acessibilidade se torna um conceito imprescindível. Tornar acessível é tornar efetivo o gozo dos direitos e das liberdades da pessoa com deficiência.

No IFTM, dentre os perfis de estudantes, é possível observar, cada vez mais estudantes com deficiência ou algum tipo de necessidade de atendimento específico ingressando nos cursos técnicos do Ensino Médio.

Desse modo, para garantir a acessibilidade, a gestão do IFTM, bem como a Assessoria de Ações Afirmativas em conjunto com os NAPNEs e CAPNEs tem se empenhado na proposição de documentos internos, como por exemplo, as Instruções Normativas (IN), buscando estratégias que eliminem as barreiras, com vistas desenvolver à autonomia, a independência de seus estudantes com deficiência e TEA, a fim de garantir o desenvolvimento da aprendizagem e plena participação na sociedade.

CONHECENDO O ESTUDANTE COM TEA

Quem é?

Ele sabe do que gosta, no que é bom, tem interesses, enfim, sabe o que o define como pessoa.

Por onde começar?

Verifique se ele possui um sistema de comunicação que lhe permita expressar ideias, opiniões, solicitar, rejeitar e interagir com os demais. Caso contrário, registre os comportamentos decorrentes dessa falta de comunicação e proponha estratégias pedagógicas ou soluções.

Tenho um estudante com TEA

Como chegar mais perto?

Crie um vínculo com ele. Aproxime-se com respeito, gere confiança e estabeleça empatia para um relacionamento positivo.

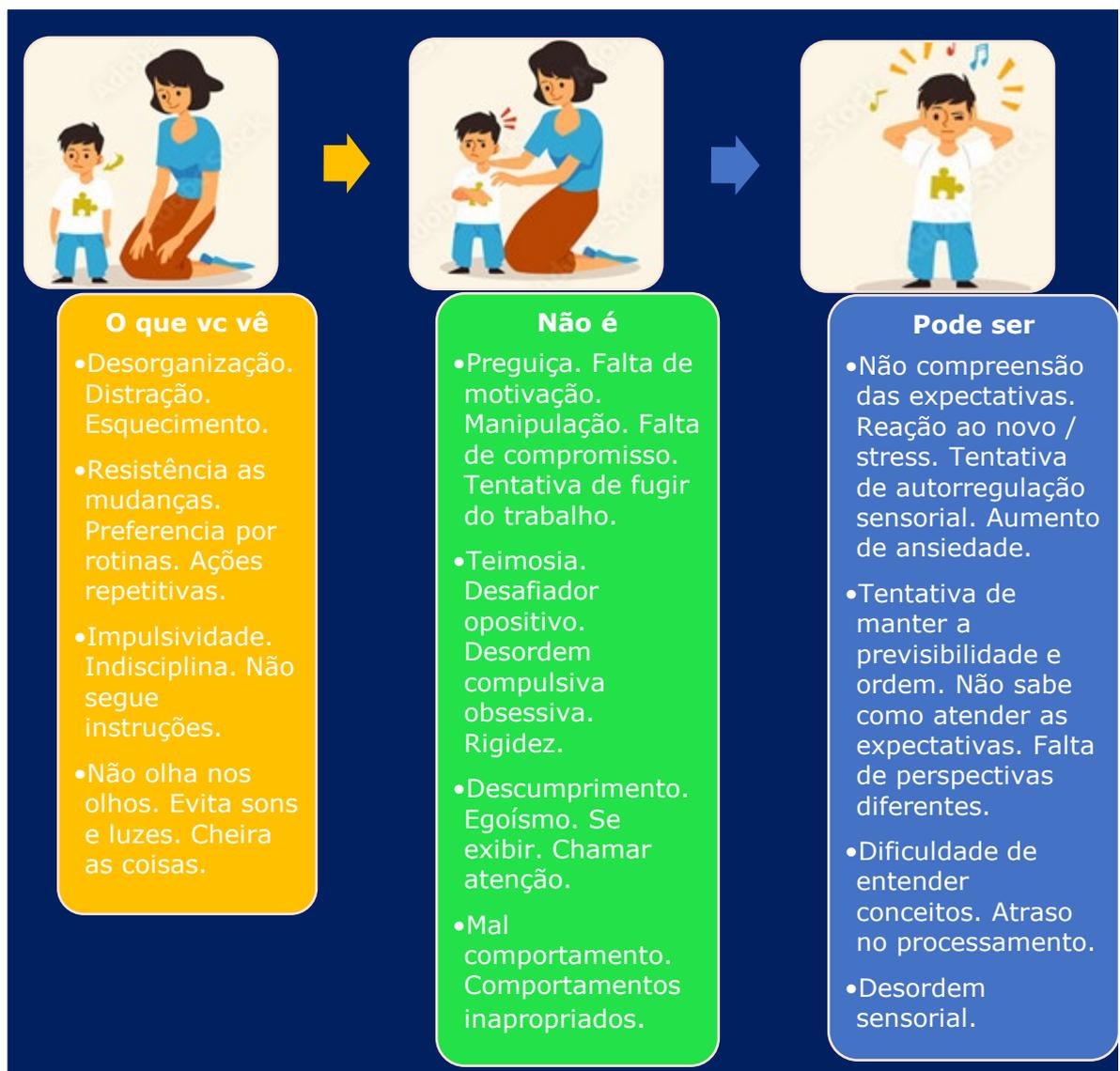
Como ajudar?

Adaptar o ambiente tornando-o previsível e amigável prestando atenção aos estímulos sensoriais, (ruídos, luzes, toque, cheiros), dando ordem e significado às suas rotinas de forma progressiva. Respeite seus interesses, ofereça rotinas significativas para ele.

ATENÇÃO AOS SINAIS DO TEA

Por trás de um autista que não parece autista está muita luta e muito esforço. Entenda que a pessoa com TEA não pode reconhecer sinais sociais, portanto, para iniciar um contato utilize os estímulos visuais (figuras, fotos, imagens, etc.).

Ao se comunicar encurte as sentenças e permita que ele tenha mais tempo para processar as informações. Fale de maneira consistente a fim de não a confundir, e seja sensível, não leve o silêncio dela para o lado pessoal.



Fonte: Freepik

NÃO PARECE MAS É AUTISMO



É importante saber que o autismo se manifesta de forma diferente em cada pessoa



----- OU -----

Não faz contato visual

Não gosta de sair de casa

Não gosta de barulho

É sensível ao toque

Come de tudo

Não fala

Não tem dificuldades para dormir

Faz contato visual

Socializa

O barulho não incomoda

Não é sensível ao toque

É seletivo na alimentação

Fala

Apresenta distúrbio do sono

Não existe uma forma do autismo se manifestar, e sim várias. O autismo não tem cura, afinal não é doença. Porém, existem várias formas de tratamentos destinados a desenvolver as habilidades que podem melhorar a qualidade de vida dos autistas.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O que é o TEA?

É um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, dificuldades na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar interesses restritos e alterações sensoriais.



Quando se fala em espectro autista, temos uma gama de formas psicopatológicas que englobam muitas situações diferentes umas das outras, podendo ir de graus mais leves a mais graves.

As características do TEA são muito variadas, e em alguns casos não são fáceis de serem percebidas.

Em alguns casos, são identificados somente na adolescência ou na vida adulta, quando as responsabilidades escolares, do trabalho e da necessidade de independência são maiores.

Um dos padrões de comportamentos repetitivos observados no TEA são os denominados de estereotipias, que são muito estudadas dentro da ciência da Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Pesquisas apontam que as estereotipias são sintomas autísticos comuns, diminuem ao longo do desenvolvimento, porém persistem em 40% dos autistas na vida adulta.

Aparentemente as estereotipias não tem função social, sendo consideradas uma repetição de movimentos ou persistência de ações ao longo do tempo (Amaral, 2014). E podem ser vocais ou motoras.

Estereotipia vocal

- Se refere a um discurso repetitivo e sem sentido, abrange a repetição de sons ou palavras relacionadas a algo ouvido no presente ou no passado. Além disso, essas repetições de sons podem ser vocalizações de outras pessoas, ou vocalizações repetidas de sons que não parecem palavras, variando de duração, intensidade e compreensão (Amaral, 2014).

Estereotipias motoras

- Envolve repetição de movimentos, as mais observadas são: andar na ponta dos pés, girar objetos, balançar as mãos, balanço do corpo ou da cabeça, fungar, girar objetos em direção aos olhos, ou manipular de forma não funcional, colocar objetos na boca, e andar de um lado para outro (Amaral, 2014).



Fonte Freepik

Também são consideradas estereotípias: enfileirar objetos, o insistir em rituais e comportamentos compulsivos.

Existe uma variedade de estereotípias, que quando aplicadas as estratégias de intervenção para modificação desses comportamentos percebe-se uma redução dessas respostas.

COMUNICAÇÃO NO TEA

A dificuldade de comunicação é uma das principais características do autismo. Segundo os autores Serbai; Priotto (2021), e Amaral (2014), a relação entre as dificuldades de habilidades sociais e comunicação estão intimamente relacionadas à interpretação e compreensão das palavras.



Não verbais:

Alguns autistas não são verbais e se comunicam de forma alternativa, como por exemplo: gestos, linguagem escrita, e tecnologias. Costumam ser tímidos e não respondem se chamados pelo nome, e ficam mais isolados.



Ecolalia:

Alguns autistas desenvolvem a ecolalia que é a repetição de palavras ou falas fora do contexto, dentro de um curto período de tempo, ou **Palilalia** (ecolalia atrasada) que é a repetição de verbalizações passadas.



Choro/irritação:

Alguns autistas começam a chorar ou se estressam por não conseguirem se expressar da forma como querem.



Interpretação literal:

Alguns autistas tem uma tendência a entender tudo de maneira bem literal.



Boa comunicação verbal:

Alguns autistas se comunicam e falam muito bem, e seguem carreiras em comunicação.

Realizar atividades que integram os diversos sistemas de atenção podem contribuir para a melhoria da comunicação social.

No que se refere aos estudantes com TEA, enfatizamos a importância de programas que melhorem as habilidades sociais, de comunicação, de manejo de emoções e da resolução de problemas, pois as práticas educativas são fundamentais para conhecer o funcionamento desses estudantes.

MEMORIA AUDITIVA NO TEA

Os desafios da memória auditiva nas pessoas com TEA consistem na dificuldade de armazenar e recordar informações que ouvem, o que pode afetar a sua memória.

Por isso, podem apresentar:

- ⌘ Dificuldades em seguir instruções e compreender discursos porque tem dificuldades em armazenar e recordar as informações que ouvem.
- ⌘ Dificuldades em pronunciar palavras corretamente, porque tem dificuldades em recordar o som das palavras.
- ⌘ Dificuldades em ler em voz alta, porque tem dificuldades em reconhecer palavras e símbolos de maneira rápida e precisa.

Para minimizar essas dificuldades, algumas estratégias podem ser úteis, como por exemplo: repetição; trabalhos em grupo com outros estudantes; e o uso de mnemônicos (conjunto de técnicas utilizadas para auxiliar o processo de memorização. Consiste na elaboração de suportes como os esquemas, gráficos, símbolos, palavras ou frases relacionadas com o assunto que se pretende memorizar).

CRISES SENSORIAIS NO TEA

Decorrentes de uma desorganização sensorial, “os episódios de crise em autistas podem ocorrer de inúmeras e variáveis formas e intensidades” (MARINHO; OLIVEIRA; GARCES, 2022, p. 2), tornando-os muitas vezes, menos sociáveis.

As crises são mais frequentes quando o autista está exposto a vários estímulos sensoriais e não sabe como lidar com tanta informação. A crise não é proposital, não são originadas de algum descontentamento, e muito

menos uma estratégia para se conseguir algo, é sim a resposta de um limite que foi extrapolado, ou de uma irritação extrema.

Portanto, encontrar ambientes adaptados e preocupados com a sobrecarga sensorial traz um alento, porque isso diminui sensivelmente as chances de uma crise sensorial.

Fatores desencadeadores de crises

-  Sobrecarga sensorial
-  Quebra de rotina
-  Ambientes novos
-  Espera prolongada
-  Situações de conflito
-  Sustos
-  Toques e sensações diferentes
-  Sentir-se ameaçado
-  Não conseguir resolver um problema

Sinais apresentados antes das crises

-  Inquietação
-  Coceira
-  Cor avermelhada na pele
-  Olhar desnordeado
-  Respiração rápida
-  Nervosismo
-  Comportamento compulsivo
-  Queda de pressão arterial

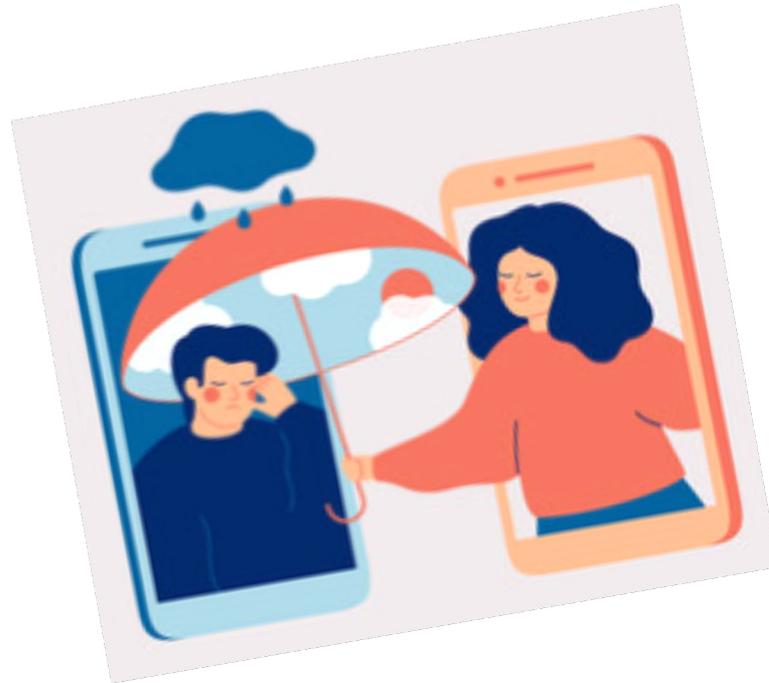


Fonte: Freepik

No caso dos adolescentes autistas, Marinho; Oliveira; Garces, (2022), criar rotinas sociais sensoriais gera ajuda de várias formas, isso porque aumentam as intenções pessoais, despertando maiores trocas sociais, melhora nas comunicações e adequação do nível de alerta para a aprendizagem.

A cada ano aumentam o número de estudantes com TEA que chegam ao ensino médio, às escolas profissionalizantes, universidades ou ao

mercado de trabalho. Nesse sentido, os pesquisadores ressaltam a necessidade do estudante com TEA aprender a viver com independência, utilizar comportamentos sociais adequados, limites sociais e se necessário associar suporte tecnológico.



Fonte: Freepik

Ressalta-se que momentos de crise, as possibilidades de ação ficam bastante reduzidas, portanto, não é o momento de pedir explicações, explicar ou dar sermão. Na escola, junto ao estudante, cabe aos profissionais da instituição ser uma presença calma que proteja o estudante em crise, mantendo-o distante de objetos que possam colocá-lo em risco de acidentes, como por exemplo:

- ⌘ Retire os estímulos do ambiente.
- ⌘ Seja firme, com tom baixo, não grite.
- ⌘ Apague as luzes se perceber que isso está incomodando.
- ⌘ Não aperte, nem tente conter o estudante.
- ⌘ Tire os objetos perigosos do lugar.
- ⌘ Discretamente leve-o a algum lugar calmo.
- ⌘ Retire casacos, calçados ou meias para que ele se sinta mais confortável.

O DIAGNÓSTICO DO TEA

O diagnóstico do TEA é feito por uma equipe multiprofissional, com a utilização de escalas diagnósticas: o Manual de diagnóstico e estatística de distúrbios mentais (DSM V) e o Código Internacional de Doenças (CID 11).

DSM-V

O DSM-V o divide em três graus de comprometimento, sendo eles: nível 1 (exigindo apoio), nível 2 (exigindo apoio substancial) e nível 3 (exigindo apoio muito substancial), todos classificados a partir da análise dos prejuízos na comunicação social e em padrões de comportamento restritos e repetitivos (APA, 2014).



No nível 1, as dificuldades da pessoa com TEA são subestimadas.

Nos níveis 2 e 3, o que é subestimado é o potencial da pessoa com TEA.

Nível: 1

Grau do TEA: Leve

Características: Necessidade de pouco apoio



Fonte: Freepik

No autismo leve, como as características são menos evidentes, não tem atrasos de fala, não costumam fazer contato visual e se fazem de modo rápido e diferente, e por isso os sintomas vão passando

despercebidos ao longo da vida. Contudo, não significa que não causem impacto na vida das pessoas. De acordo com Borilli (2020, p. 20), “necessitam de apoio contínuo para que as dificuldades na comunicação social não causem maiores prejuízos”, pois conseguem se comunicar, porém as diferenças são perceptíveis. (APA, 2014).

Os autistas apresentam dificuldades de iniciar interação com outras pessoas, sejam adultos ou crianças, compreender comandos, metáforas e expressões de duplo sentido. Não fazem leitura da linguagem gestual, e expressão facial, demonstram pouco interesse em interagir com os demais, ocasionalmente oferecem respostas inconsistentes às tentativas de interação por parte do outro (BORILLI, 2020), ou respostas atípicas causando insucesso nas relações sociais. (APA, 2014).

Geralmente, são autônomos, com alguma independência nos afazeres no dia a dia, ou seja, conseguem fazer um pouco de tudo. Apresentam estereotípias, como comportamentos repetitivos e incomuns, a exemplo bater as mãos, balançar o corpo, repetir palavras ou sons, resistência ao toque. (APA, 2014).

O padrão de comportamento ocasiona uma inflexibilidade comportamental nas atividades cotidianas, gerando assim dificuldade em um ou mais ambientes (BORILLI, 2020), pois desempenham tarefas com padrões rígidos na forma de realiza-las, apresentam resistência quando necessita trocar de atividades, estabelecem padrões de rotina (APA, 2014), logo “alterações na organização e planejamento podem atrapalhar o trabalho pela busca da independência e autonomia da pessoa”. (BORILLI, 2020, p. 20).

É comum também que se tornam obsessivos por algum objeto ou um único assunto, pois ficam por muito tempo em uma única atividade, ou seja, apresentam hiperfoco. (BORILLI, 2020). Conseguem interagir e manter situações por algum tempo, mas logo retornam o foco para seus interesses. Considerando que são muito sinceras e honestas costumam causar certo

constrangimento nas outras pessoas por falar o que pensam sem avaliar as consequências de suas palavras. (APA, 2014).

Apesar disso, demandam pouco tratamento, conseguem estudar, trabalhar e se superar diante das adversidades. Algumas pessoas apresentam inteligência acima da média para certas atividades. Desse modo, identificar os estudantes com TEA leve é um grande desafio, porque muitas vezes eles não são identificados nas escolas, ou são identificados, porém sua condição é invalidada. Entretanto, eles precisam de atendimento adequado para que avancem no processo de escolarização. (APA, 2014).

Em geral, é possível observar que existe uma grande dificuldade para que pessoas com autismo leve tenham suas necessidades de apoio legitimadas. No entanto, pesquisas apontam que grande parte destes indivíduos tiveram uma infância conturbada, sofreram bullying.

Pela falta de diagnóstico, podem desenvolver depressão e transtorno de ansiedade devido dificuldade de perceber e entender situações e sinais foram mal interpretados e julgados em diversas ocasiões. (APA, 2014).

Nível: 2

Grau do TEA: Moderado

Características: Necessidade moderada de apoio



Fonte: Freepik

O autismo no nível 2 já é evidente, há necessidade moderada de apoio. As pessoas apresentam a deficiência um pouco mais grave e as dificuldades mais significativas, bem como as limitações nas relações sociais e déficit na comunicação tanto verbal quanto não verbal (BORILLI, 2020), com atrasos de fala ou descontextualizada e uso de frases incompletas. (APA, 2014).

São mais inflexíveis nos seus comportamentos, devido ao seu apego a rotina, ou para modificar o foco das suas ações e atividades que realiza, e seus interesses são mais restritos. Podem sofrer crises de stress com episódios de autoagressão, as quais são amenizadas com apoio e terapia, dentre outros tratamentos. (APA, 2014).

Conforme Borilli (2020), percebe-se acentuado prejuízo social, pois os autistas têm pouca iniciativa para interagir e consolidar essas interações demandam necessidade de suporte para se socializar, e quando o fazem é por um período curto de tempo, pois suas habilidades sociais são limitadas. Geralmente falam pouco e costumam se posicionar apenas como ouvintes, ficando assim grande parte do tempo, “quando o outro inicia o diálogo as respostas, geralmente, mostram-se reduzidas ou atípicas” (BORILLI, 2020, p. 20). Seus interesses são mais restritos, e as estereotipias são mais visíveis. Resistentes as mudanças na rotina, suas inflexibilidades são evidentes, pois têm dificuldades em lidar com ela, e eles precisam ser preparados com antecedência para essas mudanças. (APA, 2014).

A pessoa com TEA com grau moderado precisa de apoio em todos os contextos no seu dia a dia, pois tem autonomia mediana, se estressa com facilidade (BORILLI, 2020), apresenta mais dificuldades de aprendizagem demandando apoio da família em casa, no seu cotidiano, e na escola por uma equipe de multiprofissionais. (APA, 2014).

Nível: 3

Grau do TEA: Severo

Características: Necessidade de Apoio substancial



Fonte: Freepik

No nível 3, há necessidade de apoio muito substancial, os déficits são bem mais graves, dificuldades mais acentuadas, e com maiores comprometimentos em relação a comunicação, que geralmente é mínima,

há graves prejuízos na comunicação verbal e não verbal (BORILLI, 2020), com grande limitação em iniciar uma interação com novas pessoas e dificuldades para conversar, não manifestam atenção às interferências dos outros ou quase nenhuma resposta às tentativas dos outros. Alguns não falam, e necessitam de um mediador para expressar o que desejam e também para as interações sociais, com acentuada dificuldade de funcionamento. (APA, 2014).

Apresentam comportamentos repetitivos graves seja com o corpo ou com a fala, hipersensibilidade sensorial, podem sofrer crises quando expostas aos estímulos do ambiente como por exemplo sons muito altos, tem acentuada fixação nos seus interesses e nos seus objetos, e muita dificuldade para fazer o que não lhes interessa. Costumam se isolar e tem dificuldade extrema em lidar com a mudança e mudar o foco de suas ações. (APA, 2014).

As estereotipias são bastante acentuadas e mesmo com o tratamento intensivo por uma equipe de multiprofissionais e o apoio da família, os autistas severos têm pouca autonomia na vida. (APA, 2014). Há presença de inflexibilidade no comportamento; extrema dificuldade em lidar com mudanças na rotina e apresentam comportamentos restritos/repetitivos que interferem diretamente em vários contextos; alto nível de estresse e resistência para mudar de foco ou atividade.

Mediante análise das características comportamentais dos autistas, de acordo com o DSM-V, orientamos:

1 – Não atribua motivo ou significado ao comportamento: tente abster-se de atribuir motivos ou significados ao comportamento do autista com base no que o comportamento significaria se fosse você.

2 – Partindo do princípio que o comportamento tem um sentido: suponha que mesmo que você não possa compreendê-lo, o comportamento tem um sentido para o autista no contexto de sua experiência de vida.

CID-11

Em junho de 2018, a OMS lançou a CID-11, em vigor desde 1º de janeiro de 2022, buscando acompanhar as mudanças trazidas pelo DSM-V e também classificar o autismo. A CID-11 reuniu todos os transtornos que anteriormente faziam parte da CID-10 – Transtornos globais do desenvolvimento. Esses transtornos foram reunidos em único diagnóstico: o Transtorno do Espectro Autista.

Definição de classificação do autismo segundo o DSM-V e CID-11

DSM-V	CID-11
Transtorno do Espectro Autista	6A02.0 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional; 6A02.1 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional; 6A02.2 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada; 6A02.3 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada; 6A02.5 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional; 6A02.Y – Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado; 6A02.Z – Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado.

Fonte: APA, 2018

COMO IDENTIFICAR O TEA EM PESSOAS ADULTAS

Os sinais autismo em pessoas adultas podem ser mais sutis, lembrando que o termo "espectro" não é por acaso. Nem todo autista é igual ao outro e cada um vai apresentar suas características particulares. Atualmente é comum diagnosticar autismo em pessoas adultas, geralmente no nível 1, graças a autonomia que conseguem manter.

Contudo, apresentam como ponto comum a preocupação com os aspectos relacionados ao comportamento, às habilidades de comunicação e à autonomia.

Pouca habilidade para detectar sinais sociais (problemas para entender o tom de voz, linguagem corporal, ou expressão facial das pessoas).

Utilização de linguagem direta (jeito áspero de falar com as pessoas sem discernir os momentos ou o tom de voz).

Hiperfoco em determinados assuntos ou objetos.

Irritação repentina, quando algo sai da rotina (rigidez em costumes e hábitos).

Pouca comunicação visual.



Fonte: Freepik

Dificuldades para entender figuras de linguagem como sarcasmo ou humor.

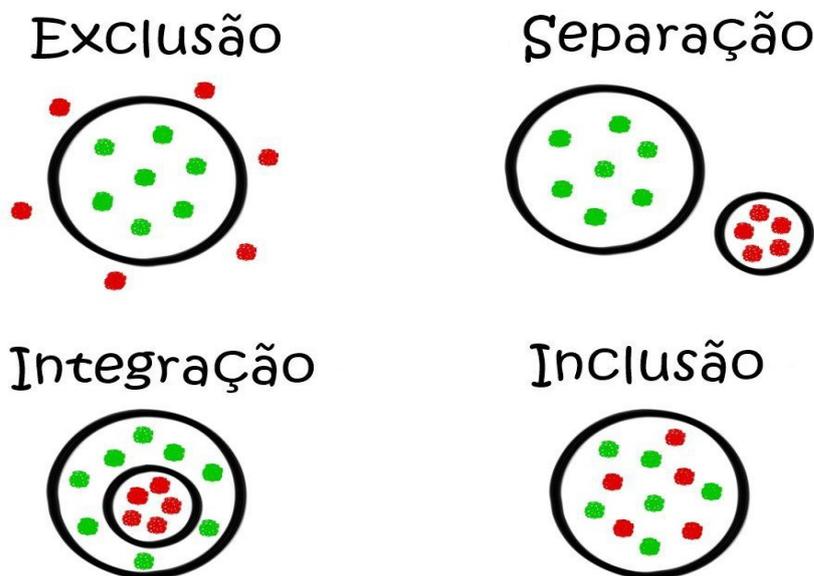
Obsessão para seguir determinadas regras ou tarefas.

Pouca ou nenhuma compreensão para situações que envolvam afetividade e emoção. Dificuldades para fazer amizades e manter esses relacionamentos.

INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Um dos objetivos da Educação Inclusiva é ressignificar o modelo das escolas tradicionais, tornando a educação mais democrática, pensando na escola como um espaço para todos, dando condições e oportunidades para todos.

No entanto, muitas ações que parecem levar a inclusão, nem mesmo conseguem integrar o estudante ao ambiente escolar. Vejamos as diferenças:



Fonte: <https://www.phomenta.com.br/>

Exclusão:

Nenhuma atenção é dada aos grupos minoritários, historicamente essas pessoas eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade.

Separação ou Segregação:

As pessoas eram distanciadas da sociedade, separadas de suas famílias e atendidas em instituições específicas, onde nenhuma atenção era dada e não havia nenhum controle sobre a qualidade dos serviços prestados.

Integração:

A pessoa com deficiência começou a ter acesso a classe regular de ensino desde que se adaptasse e não causasse nenhum transtorno.

A integração garante acesso aos espaços escolares, porém não estão previstas as formas de acessibilidade, como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), traz o percentual das vagas para as pessoas com deficiência, porém não traz as ações para garantir a permanência desses estudantes, ficando esta regulamentação a cargo de outras Leis, como por exemplo, a Lei nº 12.764/2012, que garante ao estudante com TEA seu direito de estar na escola e de ser atendido por profissionais preparados.

Vale lembrar que o fato do estudante com TEA estar integrado, não significa que ele está incluído no ambiente escolar, pois, embora a integração traga bons resultados, reforça-se a necessidade e importância do processo de inclusão desses estudantes.

Integração é integrar a pessoa com deficiência à realidade já existente, enquanto a inclusão ocorre quando toda a sociedade muda para o convívio com essas pessoas.

Inclusão:

As políticas públicas educacionais são fundamentais para transformar a gestão e as práticas de ensino, e é expressa por desafios propostos ao processo de inclusão, por meio da criação de mecanismos para o enfrentamento das desigualdades sociais, o comprometimento com o acesso à escola para todos os estudantes, e o atendimento às demandas de profissionalização para o mundo do trabalho.

No processo de inclusão espera-se que as necessidades dos estudantes sejam assistidas em todos os aspectos, pois tendo uma estrutura escolar eficiente, o estudante com TEA é capaz de desenvolver as suas habilidades em todos os sentidos.

A inclusão envolve mudanças em toda uma sociedade, e é um trabalho longo e desafiador. Entretanto, há uma distância que separa o

teórico consolidado pelas leis e as práticas vivenciadas pelos professores e demais profissionais, segundo a pesquisa realizada.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

Diante da análise do questionário aplicado junto aos membros da CAPNE IFTM Campus Uberaba, e considerando que alguns deles são professores, os resultados evidenciaram que como professores da Educação Básica, mais especificamente do nível médio, são muitos os desafios encontrados e narrados por esses profissionais, e muitas ações não foram realizadas conforme o que preconiza a legislação nacional acerca da educação inclusiva.

Desse modo, nos cabe aqui ressaltar que de modo geral, muitos profissionais da educação ainda enfrentam os desafios do dia a dia, como por exemplo a falta de recursos, ou até mesmo de procedimentos atitudinais equivocados de outros profissionais inseridos no ambiente escolar.

Um aspecto importante abordado no questionário aplicado junto aos profissionais da CAPNE em razão da pesquisa para a Dissertação de Mestrado, foi sobre o nível de conhecimento dos profissionais acerca do autismo. Identificamos que grande parte dos participantes da pesquisa responderam ter pouco domínio acerca do que é o TEA, logo, essa falta de informação tem dificultado o planejamento de suas ações junto a esses estudantes, como já enfatizado outras vezes nas falas desses profissionais.

A CAPNE IFTM CAMPUS UBERABA

No IFTM, as demandas provenientes do ingresso de estudantes com deficiência, dentre eles os estudantes com TEA, são tratadas pela Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), vinculada a Diretoria de Ensino do Campus Uberaba. A CAPNE atua em conjunto com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), o Núcleo de Atendimento Pedagógico (NAP), com o suporte da Assessoria de Ações Inclusivas localizada na Reitoria.

A Resolução IFTM nº 230/2022, aprovou e atualizou o Regimento Interno do Campus Uberaba, justificou a urgência de criação da CAPNE, de acordo com o exigido pelo Art. 4º do Decreto nº 10.139/2019.

Assim, o objetivo principal da CAPNE é realizar o acompanhamento efetivo das ações relacionadas à inclusão no âmbito do campus, terá caráter consultivo e deliberativo em relação às ações do NAPNE. A CAPNE é responsável pelo acolhimento e apoio a esses estudantes, por meio do trabalho de acompanhamento e apoio pedagógico, impulsionando suas capacidades acadêmicas.

A regulamentação dos procedimentos para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e flexibilização curricular para os estudantes com necessidades específicas no IFTM foi estabelecida na Instrução Normativa (IN) IFTM nº 13/2020, e abrange a identificação, acompanhamento, avaliação e flexibilização curricular aos estudantes com necessidades específicas que, em decorrência de deficiência, transtornos funcionais específicos ou alguma limitação transitória ou permanente, necessitem de um acompanhamento diferenciado.

Para direcionar implementar as políticas de inclusão, e consequentemente melhoria das ações voltadas a visibilidade desses estudantes no contexto escolar, este Produto Educacional sugere algumas

intervenções que podem ser realizadas, no intuito de fortalecer, ampliar e divulgar as práticas inclusivas, como por exemplo:

Formas de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> Socialização Desenvolver competências de comunicação Expressão de sentimentos Colaboração Intervenção precoce para obter mais êxito acadêmico Treino de colegas para agir com estudantes com TEA Criar situações que motivem o estudante com TEA a aprender
Pontos positivos da intervenção	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de regras Melhora no desenvolvimento das atividades em grupo Participação mais frequente dos estudantes em sala de aula Utilizar horários e rotinas como estratégia para promover a independência do estudante com TEA

A partir destas intervenções a CAPNE poderá ajudar o estudante no período de adaptação, com o atendimento mais guiado, será mais fácil também para os professores em sala de aula conseguirem dar o suporte que o estudante com TEA precisa para estabelecer a nova rotina de aprendizagem.

PERFIL PEDAGÓGICO

Solicite no primeiro dia de aula, que o estudante com TEA forneça uma Carta de Apresentação. Que conte aos professores sobre seus interesses, hiperfocos, situações que demandam suportes, medos, gostos, comorbidades, as terapias que faz.

O estudante poderá falar sobre a alimentação, muito importante sobretudo nos casos de seletividade e alergias, poderá dar dicas de como agir diante de comportamentos que são difíceis, mas que já aprendeu a lidar, sinais de crise e como agir diante dela, e muito mais.

E ainda, o estudante deve prestar as informações sobre sua condição, de acordo com o Artigo 2º da Instrução Normativa IFTM nº 13/2020, a qual tem como único objetivo colher informações para que a CAPNE possa contribuir para o sucesso da vida escolar desse estudante, atuando de acordo com suas necessidades.

No IFTM essas informações podem ser prestadas:

- I - No ato da matrícula, quando o ingresso se der por meio do preenchimento de vagas destinadas a Pessoa com Deficiência - PcD, por meio do preenchimento da ficha de identificação (anexo I da IN IFTM nº 13/2020);
- II - Por meio do questionário informativo quando o estudante acessa pela primeira vez o Virtual-IF;
- III - Espontaneamente, quando o próprio estudante ou seu responsável legal apresentar à instituição a demanda por atendimento contínuo a necessidades específicas;
- IV - Por identificação, quando servidores perceberem algum indício de que o estudante apresenta característica elencada no artigo 1º da IN IFTM nº 13/2020



Lembre-se

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

A partir do conhecimento prévio e do levantamento das necessidades de aprendizagem dos estudantes com TEA, o PEI é construído de forma colaborativa entre o NAP, o NAPNE e a CAPNE, explorando as potencialidades e habilidades desses estudantes, em paralelo com as dificuldades e singularidades de cada estudante.

Portanto, o PEI como documento individual, tem como proposta de intervenções e atendimento do estudante para que os familiares para que tomem conhecimento e colaborem com sugestões sobre os procedimentos. Também busca traçar as estratégias adequadas para potencializar a aprendizagem do estudante com TEA no ensino regular, em condições de igualdade com os demais estudantes em sala de aula.

Cabe destacar que o PEI deve ser revisado periodicamente, de acordo com as necessidades do estudante mediante observações dos professores quanto ao desenvolvimento desse estudante. No IFTM, as recomendações iniciais bem como o plano educacional individualizado devem ser revisados a cada trimestre nos cursos técnicos do Ensino Médio.

A partir da elaboração do Plano Educacional Individualizado, a IN IFTM nº 13/2020 recomenda que o acompanhamento do estudante se dará de forma sistemática, compreendendo as seguintes ações:

- I - Atendimentos periódicos institucionais, definidos pela CGEPE, juntamente com a CAPNE;
- II - Atendimentos individualizados com os docentes, conforme definições no PEI;
- III - Com base nas informações recebidas durante o atendimento inicial, serão realizados encontros, buscando, em conjunto, estratégias de ensino e de aprendizagem, além de adaptações curriculares que se façam necessárias;
- IV - Acompanhamento e supervisão, pela CGEPE, coordenações de curso e CAPNE, de todo o processo.

O modelo a ser seguido para a construção do PEI consta no Anexo II da IN IFTM nº 13/2020.

ANEXO II

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO – PEI

Nome do Estudante

1. INTRODUÇÃO

O Plano Educacional Individual constitui-se no planejamento coletivo que objetiva propiciar ao estudante com necessidades educacionais específicas o melhor cenário possível de adequações tecnológicas, físicas, digitais e curriculares, para potencializar oportunidades de aprendizagem em condições de igualdade e obtenção de êxito. O Plano também possibilita antever os atendimentos concomitantes e paralelos que deverão ser oferecidos ao longo da trajetória educacional na instituição.

2. JUSTIFICATIVA

A construção do PEI é fundamental para que se possa visualizar as limitações e potencialidades do estudante com dificuldade de aprendizagem por algum transtorno, deficiência ou outro motivo, consistindo em subsídios para que o docente possa planejar estratégias curriculares e metodológicas apropriadas à realidade do discente.

3. OBJETIVO GERAL

Promover a efetiva inclusão do estudante com necessidades educacionais específicas por meio de adaptações curriculares, proporcionando o atendimento de suas especificidades no processo de elaboração de suas aprendizagens.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar o planejamento conjunto com os professores dos diferentes componentes curriculares;
- Identificar interesses e vias de acesso do estudante para qualificar a mediação entre ele e os professores;
- Desenvolver metodologias, recursos pedagógicos, flexibilização/adaptações e estratégias que minimizem barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- Flexibilizar objetivos conceituais, utilizando diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os aos diferentes estilos e possibilidades do estudante;
- Orientar e engajar a família quanto ao processo pedagógico e acompanhamento do estudante na escola;
- Favorecer o desenvolvimento das funções executivas de atenção, memória e planejamento;
- Estimular a troca de saberes e experiências nas diversas atividades realizadas em sala de aula, qualificando o processo de inclusão;
- Aprimorar habilidades relacionadas à apresentação de trabalhos, organização do material das unidades curriculares (cadernos, trabalhos, etc.);
- Instigar a atenção e compreensão das explicações e questionamentos feitos em aula;
- Compartilhar e colaborar nas mediações individualizadas feitas pelos professores com o estudante;
- Envolver os estudantes em práticas pedagógicas que levem ao exercício da solidariedade, alteridade, respeito e ações colaborativas na turma, qualificando a interação e inclusão do estudante em diferentes contextos e espaços escolares;
- Auxiliar com intervenções pontuais quando necessário;
- Promover ações que valorizem o reconhecimento de suas capacidades a despeito de suas limitações.

5. METODOLOGIA

Considerando as especificidades de cada componente curricular, as atividades devem ser planejadas e desenvolvidas com base nas possibilidades de flexibilização/adequações curriculares, utilização de recursos, materiais e de estratégias de ensino coerentes com as potencialidades do estudante.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deve observar as especificidades de cada componente curricular e manter coerência com a metodologia das atividades desenvolvidas com o estudante, buscando considerar os seus progressos individuais e crescimento no percurso escolar.

7. ADEQUAÇÕES NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As adequações deverão ser explicitadas no Formulário de Adaptações Curriculares, elaborado por cada docente em seu respectivo componente curricular.

8. IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE

Nome:

Data de nascimento:

Idade atual:

Turma/ano:

Necessidades Educacionais Específicas:

9. DADOS FAMILIARES

Mãe:

Profissão e escolaridade:

Pai:

Profissão e escolaridade:

Responsável legal:

Irmãos/idade:

Endereço:

9. HISTÓRICO ESCOLAR

ANO	IDADE	SÉRIE-ESCOLA	CIDADE SERVIÇO ESPECIALIZADO

10. HISTÓRICO FAMILIAR

11. HISTÓRICO DE ACOMPANHAMENTO NO IFTM CAMPUS _____

ANO	IDADE	SEMESTRE	ACOMPANHAMENTOS

12. DIFICULDADES APRESENTADAS PELO ESTUDANTE

13. POTENCIALIDADES APRESENTADAS PELO ESTUDANTE

14. ENCAMINHAMENTOS

15. IDENTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS

Responsável (is) elaboração do PEI:

Responsável (is) apoio na aplicação do PEI:

O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

Para a promoção da aprendizagem de estudantes com TEA, muito deve ser revisto, inclusive a adequação de bases curriculares que atendam não só os estudantes com TEA, mas todos que apresentem qualquer deficiência e demandem inclusão.

De acordo com a IN IFTM nº 13/2020, Artigo 7º § I, "As adaptações curriculares devem ser elaboradas conforme as especificidades apresentadas pelo estudante no contexto da sala de aula e detalhadas o suficiente para subsidiar tomadas de decisão quanto à eventual certificação diferenciada, conforme Parecer CNE/CEB nº 5/2019."

Por meio da flexibilização curricular são feitas adequações no currículo dos estudantes como forma de intervenção na promoção da aprendizagem. Essas adaptações tem o objetivo de propiciar espaços e oportunidades peculiares de aprendizagem, convivência, socialização e desenvolvimento da autonomia do estudante.

O planejamento de uma disciplina não é tarefa fácil, e planejar para a nova forma de ensinar demanda estabelecer estratégias para que o estudante com TEA aprenda efetivamente. Pois, não realizar um planejamento adequado à realidade escolar, que delimite estratégias educacionais eficazes, pode levar a resultados insatisfatórios.

A construção de ações pedagógicas mais dinâmicas e que levem em conta as singularidades dos estudantes com TEA, contribui para o estabelecimento de um melhor vínculo entre o estudante e o conteúdo a ser aprendido. (NOGUEIRA; ORRÚ, 2019).

Para tanto, faz-se necessário apresentar ao estudante com TEA a menor porção possível de conteúdo e que tenha o máximo de significado para ele. Ou seja, todo o resto deve ser eliminado, tudo o que causa obstáculo para a aprendizagem do estudante.

ANALISE OS NIVEIS DE DESEMPENHO DO ESTUDANTE

Embora a capacidade dos estudantes com TEA em reconhecer palavras escritas possa ser semelhante à de estudantes com desenvolvimento típico, em decorrência do transtorno, esses estudantes tendem a apresentar déficits na integração das informações para entender, compreender, alcançar clareza, e chegar a uma conclusão.

LEITURA

Níveis de desempenho	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
Articulação, Dicção	Troca, inventa, omite algumas palavras e/ou troca muitas letras	Hesita em algumas palavras	Lê com correção, articula corretamente a maioria das palavras	Lê corretamente todas as palavras
Ritmo	Leitura silabada	Ritmo muito lento/rápido	Teve oscilações no ritmo em palavras maiores e/ou com casos de leitura	Manteve o ritmo adequado ao sentido do texto
Tom de voz	Apresenta uma leitura pouco audível	Lê demasiado alto ou demasiado baixo	Lê um pouco alto ou um pouco baixo	Lê com uma intensidade adequada
Clareza, Expressividade	Nada expressivo, não respeitou as pausas indicadas pelos sinais de pontuação	Pouco expressivo, respeitou, na maioria das vezes, as pausas indicadas pelos sinais de pontuação	Evidenciou alguma expressividade, respeitou quase sempre as pausas indicadas pelos sinais de pontuação	Expressivo, respeitou sempre as pausas indicadas pelos sinais de pontuação

Fonte: Adaptado do Repositório Rubricas de Avaliação AETC

De acordo com matéria publicada no site NeuroConecta (2021), os estudantes com TEA têm dificuldades de recuperar e integrar significados necessários para a compreensão leitora, incluindo a capacidade de traçar relações entre o conteúdo lido com conhecimentos prévios e a capacidade em fazer inferências intra ou extratextuais.

No caso da leitura, alguns estudantes com TEA não conseguem prestar atenção ou focar em algo por muito tempo, o que dificulta o aprendizado.

E também há a questão de alguns estudantes autistas terem dificuldade em assimilar e memorizar sequências, como longas frases, números ou instruções em várias etapas. Uma das formas de intervenção, nesse caso, para ajudar o estudante com TEA a ler é promover o interesse na leitura.

ATIVIDADES EM GRUPO

Níveis de desempenho	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
Organização	Não apresenta materiais/pesquisas necessários a realização do trabalho	Apresenta poucos materiais/pesquisas necessários a realização do trabalho	Apresenta materiais/pesquisas necessários a realização do trabalho	Apresenta muitos materiais/pesquisas necessários a realização do trabalho
Cooperação Interesse	Não coopera, não ouve opiniões, não mostra interesse na realização do trabalho	Coopera, ouve opiniões, mostra algum interesse na realização do trabalho	Coopera, ouve opiniões, mostra interesse na realização do trabalho	Coopera, ouve opiniões, mostra muito interesse na realização do trabalho
Participação	Não participa na apresentação do trabalho	Apresenta o trabalho usando vocabulário pouco adequado e pouco conhecimento sobre o trabalho	Apresenta o trabalho usando vocabulário adequado e conhecimento sobre o trabalho	Apresenta o trabalho usando vocabulário muito adequado e muito conhecimento sobre o trabalho

Fonte: Adaptado do Repositório Rubricas de Avaliação AETC

Nos cursos do Ensino Médio, algumas estratégias de aprendizagem podem ser utilizadas nas atividades em grupo.

Podem envolver o uso de jogos e atividades lúdicas, uso de imagens, proposição de atividades em pequenos grupos que favoreçam as interações entre o estudante com TEA e os demais estudantes, aulas contextualizadas, atividades que promovam a interação social com o

professor e com os colegas, adaptação das atividades, diversificação dos instrumentos de avaliação, dentre outros.

REFLEXÕES CRÍTICAS

Níveis de desempenho	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
Conhecimento Argumentação	Apresenta algum conhecimento das aprendizagens, descontextualizadas, sem articulação e com falhas. Raramente faz afirmações relevantes e não relaciona os conhecimentos	Apresenta algum conhecimento das aprendizagens, mas, por vezes não as contextualiza e nem articula adequadamente. Faz afirmações relevantes mas não relaciona os conhecimentos	Apresenta bom conhecimento das aprendizagens, contextualizando-as e articulando adequadamente. Faz afirmações relevantes relacionando geralmente os conhecimentos	Apresenta excelente conhecimento das aprendizagens, contextualizando-as e articulando adequadamente. Faz afirmações muito relevantes relacionando os conhecimentos
Comunicação	Discurso com frases soltas e desconexas com utilização ocasional do vocabulário específico da disciplina, muito incorreto linguisticamente	Discurso pouco claro e coerente, usando corretamente o vocabulário específico da disciplina, com incorreções linguísticas	Discurso claro e coerente, usando corretamente o vocabulário específico da disciplina, com correções linguísticas	Discurso muito claro e coerente, usando sempre e corretamente o vocabulário específico da disciplina, com excelentes correções linguísticas
Criatividade	Reflexão sem originalidade	Reflexão pouco opinativa, criativa e original	Reflexão opinativa, criativa e original	Reflexão muito opinativa, criativa e original

Fonte: Adaptado do Repositório Rubricas de Avaliação AETC

Realizando as intervenções requeridas a partir destas orientações a aprendizagem proporcionada no IFTM para os estudantes com TEA poderá ser mais eficiente e significativa.

Neste tópico, foram demonstradas alternativas para a realização de atividades com os estudantes com TEA, e propiciar espaços interativos e inclusivos, onde não sejam destacadas as dificuldades desses estudantes, mas sim as suas potencialidades para que possam ser construídas aprendizagens mais eficientes.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Geralmente, os estudantes com TEA enfrentam dificuldades na realização das atividades propostas porque não compreendem de forma adequada o conteúdo abordado, bem como os critérios avaliativos.

Portanto, é fundamental que a CAPNE oriente os professores para desenvolver processos avaliativos que favoreçam a articulação entre os saberes adquiridos e o cotidiano, bem como indicadores que evidenciam como as competências desses estudantes foram construídas.

Todavia, cabe destacar que a avaliação não pode ser feita de forma isolada do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, pois há aspectos importantes sobre os quais o professor deve refletir para garantir a efetividade da avaliação.

Para Vasconcellos (2003), os requisitos fundamentais na escolha de um instrumento de avaliação são:

- ⌘ Como estes serão preparados, aplicados e corrigidos;
- ⌘ Como os resultados serão comunicados; e
- ⌘ O que fazer com os resultados.

Sendo assim, para a escolha do método avaliativo deve ser considerado o nível de ensino, o número de estudantes em sala de aula, o tempo disponível, os recursos acessíveis, entre outros, a fim de manter a consistência no processo de avaliação, para que seja confiável, válido e viável.

Sabendo que parte dos estudantes com TEA possuem algum déficit cognitivo, incluir seria diminuir o nível de abstração.

Em algumas disciplinas, podemos, por exemplo, utilizar ilustrações ao invés de texto simplesmente, ou ainda utilizar objetos concretos durante as aulas para que o estudante associe o objeto à palavra. Desse modo, é possível diminuir o obstáculo da interpretação e da abstração, focando apenas no conteúdo que será avaliado.

No IFTM, o processo de avaliação segundo a IN nº 13/2020 requer que sejam feitas adaptações curriculares:

1 - De pequeno porte (consistem em modificações nos conteúdos programáticos regulares)

Avaliação: Adaptação de estratégias visando alcançar o potencial do estudante

Alternância de formas de avaliar

Adequação de recursos, instrumentos, linguagem linguagens e modo de apresentar a avaliação à realidade do estudante, conforme a necessidade específica do estudante.

2 - De grande porte (consistem em modificações específicas da matriz curricular)

Avaliação: Elaboração de critérios específicos de avaliação

Possibilitar a avaliação descritiva

Adequação dos critérios de promoção, incluindo a possibilidade de certificação diferenciada

O PROFISSIONAL DE APOIO

Quais são as atribuições de um Profissional de Apoio, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015?

Pessoa que exerce atividade de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidade de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (BRASIL, 2013)

É assegurada a disponibilização de um Profissional de Apoio Escolar, toda vez que o estudante com deficiência não demonstrar autonomia em higiene, alimentação, locomoção e comunicação (NOTA TÉCNICA nº 24/2013).



A organização dos serviços de apoio deve ser prevista pelos sistemas de ensino, considerando que os estudantes com transtorno do espectro autista devem ter oportunidade de desenvolvimento pessoal e social, que considere suas potencialidades, bem como não restrinja sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. (BRASIL, 2013).

Na organização e oferta dos serviços de apoio devem ser considerados alguns aspectos, como por exemplo:

- 🌈 Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência.
- 🌈 O profissional de apoio não pode substituir o professor regente, professor do AEE e nenhum outro profissional da escola, em nenhuma atividade ou responsabilidade referente à sua profissão.

Por se tratar de uma adaptação, a necessidade do auxiliar deve ser constantemente avaliada pela equipe escolar com o apoio da família, no sentido de tornar o estudante cada vez mais autônomo e tornando desnecessária a presença do profissional de apoio.

INSPIRE-SE

Sugerimos a seguir filmes, documentários, série, e curtas de animação que possam ajudar a refletir sobre os fundamentos e o poder transformador da inclusão. Veja e inspire-se!

Filmes:

- 🎗 Gêmeos com Autismo e sua Mãe - Uma Viagem Inesperada
- 🎗 Gilbert Grape - Aprendiz de Sonhador
- 🎗 Mary & Max - Uma Amizade Diferente
- 🎗 Meu Filho, Meu Mundo
- 🎗 Rain Man
- 🎗 **Temple Grandin**
- 🎗 Tudo que Quero
- 🎗 Um Certo Olhar

Documentários:

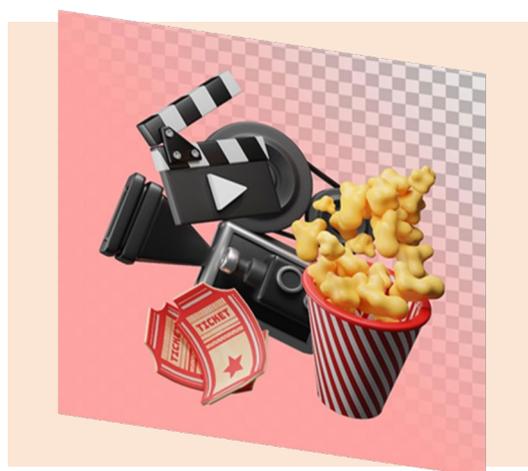
- 🎗 Arthur e o Infinito
- 🎗 Autismo: O mundo neurodiverso
- 🎗 Nome Dela é Sabine
- 🎗 Stimados Autistas
- 🎗 Vida, Animada
- 🎗 35 sinais de autismo "leve" em adultos e adolescentes

Série Netflix:

- 🎗 Atypical
- 🎗 Amor no Espectro
- 🎗 Uma advogada extraordinária

Curtas de animação:

- 🎗 Autismo - Entenda de forma simples
- 🎗 Aut's
- 🎗 Thomas e seus amigos
- 🎗 Vila Sésamo (Conheça a Julia, uma menina extraordinária)



REFERENCIAS

Amaral, Luciana Domizio. **Revisão sistemática e avaliação metodológica de intervenções analítico comportamentais para enfraquecimento de estereotipia em indivíduos com autismo, publicadas nos últimos 15 anos.** Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014. 86 págs. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/psicologia-experimental/luciana-domizio-amaral.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

Associação Americana de Psiquiatria [APA]. (2014). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-V.** São Paulo, SP: Artmed.

Associação Americana de Psiquiatria [APA]. (2018). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-V.** São Paulo, SP: Artmed.

BORILLI, Marcela Cesaretti. **Qualidade de vida de famílias que têm filhos com deficiência intelectual leve associada ao transtorno do espectro do autismo leve.** 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Fisiológicas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12337>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 12 dez. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico [recurso eletrônico].** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, 2021. 70 p. Disponível em: <<<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-censo-da-educacao-basica-2020>>>. Acesso em 09 dez. 2022.

_____. Ministério da Educação. **NOTA TÉCNICA Nº 24/2013/MEC /SECADI/DPEE.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Diretoria de Políticas de Educ. Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192>. Acesso em: 06 jan. 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação**

Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 28 dez. 2022.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 26 dez. 2022.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 04 jan. 2023.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 26 dez. 2022.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 05 jan. 2023.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm>. Acesso em: 18 dez. 2022.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019**. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 16 dez. 2022.

Como contribuir com o aprendizado de leitura e escrita no autismo.

NeuroConecta, 2021. Disponível em:

<https://neuroconecta.com.br/como-contribuir-com-o-aprendizado-de-leitura-e-escrita-no-autismo/#:~:text=No%20caso%20da%20leitura%2C%20algumas,ou%20instru%C3%A7%C3%B5es%20em%20v%C3%A1rias%20etapas>. Acesso em: 18 jan. 2023.

COUTINHO, Dimitria. Cursos que ajudam professores a se preparar para 2023. **Nova Escola**, 2023. Disponível em:

<<https://novaescola.org.br/conteudo/21563/cursos>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

_____. **Instrução Normativa nº 13 de 10 de setembro de 2020**. Estabelece procedimentos para atendimento e flexibilização curricular aos estudantes com necessidades específicas do IFTM. Uberaba, 2020. Disponível em: <https://iftm.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos/arquivos/IN_13_Flexibiliza%C3%A7%C3%A3o_curricular_par_a_atendimento_de_estudantes_com_necessidades_espec%C3%ADficas.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

_____. **Resolução IFTM nº 230 de 23 de fevereiro de 2022**.

Dispõe sobre a aprovação e atualização do Regimento Interno do Campus Uberaba. Uberaba, 2020. Disponível em:

<<https://iftm.edu.br/visao/loader.php?src=45cfd65421a608f32c6418d456606c0f>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MARINHO, R. A de V.; OLIVEIRA, S. K. P. de; GARÇES, T.S. Estratégias de prevenção e enfrentamento das crises sensoriais no Transtorno do Espectro Autista em adolescentes: um protocolo de revisão de escopo.

Investigação, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v. 11, n. 13, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i13.34430. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34430>. Acesso em: 26 jan. 2023.

NOGUEIRA, J. C. D.; ORRÚ, S. E. Eixos de interesse como possibilidades de aprendizagem para estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 41, n. 3, p. e49934, 18 dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/49934>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2007. Disponível em: <http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

Repositório Rubricas de Avaliação AETC. Disponível em: <https://agrtc.pt/rubricasaetc/index.php?title=Reposit%C3%B3rio_de_RUBRICAS_de_Avalia%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25 jan.2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 76p.

_____. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

_____. Incluindo pessoas com deficiência psicossocial – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XIV, n. 79, mar./abr. 2011, p.12-19.

_____. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Acessibilidade na Câmara. Câmara dos Deputados. Brasília, DF: 2011. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estrutura-adm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SERBAI, Fabiana. PRIOTTO, Elis Maria Teixeira Palma. Autismo na adolescência uma revisão integrativa da literatura. **Educação em Revista**, UFMG, vol. 37, e26472, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469826472>. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3993/399369188078/html/>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças - por uma práxis transformadora**. 5 ed. São Paulo: Libertad, 2003.

